



Número: **0801484-33.2020.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **19/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DAS GRACAS BARBOSA DA SILVA (AUTOR)		IRINA NUNES CABRAL DE PAULO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28447586	19/02/2020 16:21	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
28447910	19/02/2020 16:21	<a href="#">INICIAL</a>	Informações Prestadas
28447912	19/02/2020 16:21	<a href="#">PROCURAÇÃO E DECLARAÇÃO DE POBREZA</a>	Procuração
28447913	19/02/2020 16:21	<a href="#">RG</a>	Documento de Identificação
28447918	19/02/2020 16:21	<a href="#">COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
28447920	19/02/2020 16:21	<a href="#">BOLETIM DE OCORRÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
28447922	19/02/2020 16:21	<a href="#">DECLARAÇÃO DO SAMU</a>	Documento de Comprovação
28447927	19/02/2020 16:21	<a href="#">LAUDO MÉDICO ORTOTRAUMA DE MANGABEIRA</a>	Documento de Comprovação
28448161	19/02/2020 16:21	<a href="#">PAGAMENTO ADMINISTRATIVO</a>	Documento de Comprovação
28448185	19/02/2020 16:21	<a href="#">PRONTUÁRIO MÉDICO ORTOTRAUMA DE MANGABEIRA</a>	Documento de Comprovação
28448987	19/02/2020 16:31	<a href="#">Petição</a>	Petição
28448989	19/02/2020 16:31	<a href="#">JUNTADA DE GUIA DE CUSTAS</a>	Outros Documentos
28448990	19/02/2020 16:31	<a href="#">GUIA DE CUSTAS</a>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
28482353	20/02/2020 16:26	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
28500259	21/02/2020 08:58	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
28500260	21/02/2020 08:58	<a href="#">Carta</a>	Carta
28813648	05/03/2020 13:06	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
28813900	05/03/2020 13:06	<a href="#">AR 0801484332020 REP. BRADESCO</a>	Aviso de Recebimento

SEGUE PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS ANEXOS



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA  
DISTRITAL DO FÓRUM REGIONAL DE MANGABEIRA-PB

**MARIA DAS GRAÇAS SILVA FERREIRA**, brasileira, casada, agricultora, portadora do RG nº. 2.297.361 SSP/PB, inscrita no CPF sob nº 030.465.264-40, residente e domiciliada no Assentamento Padre Gino Novo, s/nº, Zona Rural, Sapé-PB, CEP 58.340-000, no Estado da Paraíba, vem à presença de Vossa Excelência, por seus advogados abaixo assinados, com escritório profissional sito à Avenida Coremas, nº 172, Centro, João Pessoa, CEP 58.013.430 no Estado da Paraíba, propor a presente...

---

## **AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO - DPVAT**

---

Em face da **BRADESCO SEGUROS S/A**, pessoa jurídica de Direito Privado com sede à Rua Josefa Taveira, nº 314, Mangabeira, João Pessoa/PB, CEP 58.055-000, inscrita no CNPJ sob nº 33.055.146/0001-93, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

### **1. PRELIMINARMENTE.**

---

#### **1.1 DA JUSTIÇA GRATUITA**

---

Inicialmente, requer a Vossa Excelência que seja deferido o Benefício da Gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei nº 1.060/50, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.510/86, por não ter a Promovente condição de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do seu sustento, conforme declaração acostada à presente inicial.

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



## 1.2 DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL

---

Insta ressaltar, que o foro competente para apreciar demandas cujo objeto, seja a cobrança do seguro DPVAT, deverá ser fixado segundo o livre discernimento do Autor, conforme preconiza a Súmula 540 do Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes termos:

**Súmula 540 – STJ: Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu.**

Sendo assim, fazendo uso da faculdade que lhe confere a Súmula retro mencionada, a Promovente **REQUER SEJA FIXADA A COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO PARA APRECIAR E JULGAR A PRESENTE DEMANDA.**

## 1.3 DA LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA RÉ

---

O artigo 7º da Lei 6.194/74 determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório ou as diferenças não pagas.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do complexo FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, inclui-se a Ré.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, in litteris.

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver,**

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

conforme Resolução 6/86 do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Civ. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).

“SEGURO OBRIGATÓRIO – LEGITIMIDADE PASSIVA DAS SEGURADORAS – É da responsabilidade da seguradora o pagamento de indenização à, bastando para tanto, que se comprove a existência do fato e suas consequências danosas. A nova sistemática obriga indistintamente todas as seguradoras consorciadas, integrantes da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e da capitalização. TA-PR. Ac unânime da 2ª Câmara Cível de 06/03/1996 – Ap. 87.558-3 – Rel. Juiz Roberto Costa – “A Marítima” Cia de Seguros x Cleuza Mara de Carvalho).

Portanto, resta comprovada a legitimidade passiva da Ré devendo a mesma permanecer no polo passivo da demanda, vez que a legislação de regência é expressa nesse sentido.

## **1.4 DA DISPENSA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.**

---

Tendo em vista que a Seguradora Promovida não costuma lançar propostas de acordos sem a prévia produção de prova pericial, nos termos do artigo 334, § 5º do Novo Código de Processo Civil, a Autora, desde já manifesta, pela natureza do litígio, não ter interesse na autocomposição, sendo oportuno retardar tal tentativa, por ocasião da instrução do processo.

## **2. DO ESCORÇO FÁTICO**

---

No dia 14/05/2019, a Autora sofreu um acidente de trânsito quando conduzia a motocicleta de placa MNU-5698/PB, pela estrada de barro que liga o município de Sapé-PB à cidade de Guarabira-PB, momento em que ao subir uma ladeira perdeu o controle da do veículo, vindo a cair ao solo, tendo sido socorrida e encaminhada ao Complexo Hospitalar Mangabeira (Trauminha), na cidade de João Pessoa-PB, conforme **ocorrência policial**, anexa.

Em decorrência do sinistro restou-lhe **FRATURA DO MALÉOLO LATERAL DIREITO**, que lhe ocasionou sequelas definitivas consoante laudo

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinheadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

médico emitido pela Dr<sup>a</sup>. Rosângela M. Escorel Almeida CRM – 3883/PB, e demais documentação probatória acostada aos autos.

Sendo assim, com respaldo na Lei nº. 11.482/2007, **a Promovente formulou o pedido administrativo sob o nº. 3190689623**, perante a Seguradora Promovida, no escopo de receber a indenização que lhe é devida por força do Seguro DPVAT.

Porém, em flagrante desrespeito aos parâmetros legais exigidos para a graduação da invalidez sofrida pela Promovente e em total discrepância com a documentação hospitalar apresentada, após ser submetida ao exame pericial realizado por médico indicado pela própria Promovida, esta somente lhe pagou a importância de **R\$ 1.687,50 (Hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Restando evidente que o montante pago administrativamente pela Segurado Ré não condiz com a gravidade das lesões que acometeram a Promovente, não lhe resta outra alternativa, senão bater as portas do Poder Judiciário para fazer jus ao que lhe é devido, ou seja, a complementação da indenização do seguro DPVAT, **montante este a ser quantificado através de perícia médica e posterior enquadramento da invalidez na tabela de danos segmentares**, devidamente atualizado a partir da data do evento danoso.

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

---

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito da Promovente de receber a indenização do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que o valor que poderia ser recebido por esta em caso de invalidez permanente é de 100%, ou seja, R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) conforme determina a Lei nº 6.194/74.

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte,

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007);

Sendo que essa mesma lei prevê que a indenização seja paga de forma gradativa a repercussão da lesão em conformidade com artigo 3º §1º:

## Art.3º

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Nesse caso é imprescindível que seja realizada Perícia Judicial, para adequar a invalidez da Promovente a tabela contida na Lei nº 6.194/74, para que o pagamento seja feito de forma correta e justa, em conformidade com artigo 464 do CPC, sendo essencial a designação de um especialista para uma melhor avaliação.

Sendo entendimento do Tribunal de Justiça do Ceará a necessidade da Perícia conforme ementa abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO. QUITAÇÃO. INTERESSE DE AGIR SUBSISTENTE. INVALIDEZ PERMANENTE. GRADAÇÃO. POSSIBILIDADE. PREVISÃO LEGAL DESDE 1992. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. PROVIMENTO PARCIAL. 1. A quitação do pagamento administrativo efetuado pela Seguradora não traduz renúncia, pelo beneficiário, da diferença entre o montante reputado devido e o recebido, subsistindo o interesse para ajuizar ação de cobrança de quantia complementar. 2. Em ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente, é indispensável restar comprovado o grau da lesão para definição da quantia devida, visto que o pagamento proporcional ao dano pessoal provocado pelo acidente de trânsito é possível desde 1992, ante a alteração da Lei nº 6.194/74 pela Lei nº 8.441, daquele ano. 3. Verificando o Tribunal de Justiça a necessidade de instrução processual para resolução da causa, é impossível o julgamento antecipado da apelação embasado na carência de prova, sob pena de cerceamento de defesa e violação ao princípio da bo fé objetiva. 4. Apelação conhecida e parcialmente provida unicamente para firmar a convicção de que o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é vinculado ao grau de invalidez permanente, com subsequente cassação da sentença e determinação de envio dos fólios ao juízo singular para regular dilação probatória e prolação de novo decisório, prejudicados os demais pontos de insurreição. (TJCE, Ap. Cível. 2414-

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com





# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

09.2010.8.06.0056, Rel. Des. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, julgado 29/08/2011, Dje 06/09/2011).

Sendo assim, há valor a ser recebido pela Promovente, diante do pagamento a menor por parte da Seguradora.

## 3.1 DO DIREITO A ATUALIZAÇÃO A PARTIR DO EVENTO DANOSO

---

Ocorre, que desde a alteração da lei 6.194/74, promovida pela MP 340 de 29/12/2006, convertida na Lei 11.482/07 (alterando o teto de 40 salários mínimos para R\$ 13.500,00), não foram introduzidos mecanismos de correção do teto indenizatório. Reduzindo a capacidade indenizatória.

A ausência da correção do teto indenizatório implica na desvalorização do valor indenizatório.

Diante do exposto considerando a natureza eminentemente social do seguro DPVAT, tem-se como uma necessidade a respectiva atualização. O equilíbrio deve ser restabelecido.

Essa atualização faz-se necessária, visto que a mesma não importa em acréscimo no valor originário, atuando tão somente como mecanismo de compensação dos efeitos da inflação, impedindo, assim, a desvalorização do valor real da moeda. O valor da indenização deve ser atualizado desde a data do acidente até a data do recebimento, conforme entendimento do STJ em recurso repetitivo.

Destarte, a correção monetária é simples manutenção do valor da moeda, em face da incidência do tempo, evitando, desta forma, a sua desvalorização. Com isto não acarretará prejuízo ao segurado, bem como enriquecimento sem causa em favor da seguradora.

Neste sentido, cito a Decisão do STJ, julgada sob o rito de recurso repetitivo.

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutintheadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



**RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC. 1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária. 2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei. 3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF). 4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. 5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso. 6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

(STJ - REsp: 1483620 SC 2014/0245497-6, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 27/05/2015, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 02/06/2015).

A correção é mecanismo de extrema importância e deve ser implementada. A ausência deste instrumento só beneficia a seguradora, e apesar de em alguns casos o valor ser pequeno, não deixa ainda assim de ser um direito do Beneficiário da Indenização.

#### 4. DOS PEDIDOS

---

*Diante todo o exposto requerer:*

- a) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita a parte Promovente, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e sua família;

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

- b) Requer que determine a citação da Demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- c) A procedência da ação, determinando que a parte Demandada efetue o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor correspondente a invalidez permanente no importe de R\$ 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), acrescido de juros e atualização monetária a contar da data do evento danoso;
- d) A condenação da parte Promovida nas custas processuais e pagamento de honorários sucumbências arbitradas por Vossa Excelência nos termos do artigo 85 do CPC;
- e) Seja fixada a competência territorial segundo os critérios estabelecidos pela Súmula 540 do Superior Tribunal de Justiça;
- f) A parte Promovente opta pela não realização de audiência de conciliação nos termos do artigo 319 inciso VII do CPC;

## DAS PROVAS

---

Protesta pela apresentação de todos os meios de provas em direito admitidos, além dos documentos acostados a essa Exordial, bem como e, sobretudo, pela produção de prova pericial.

Dá-se a causa o valor de R\$ 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e vinte e cinco centavos).

Termos em que

Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa-PB, 19 de Fevereiro de 2020.

**IRINA NUNES CABRAL DE PAULO**  
**OAB/PB 12.554**

**ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO**  
**OAB/PB 22.742**

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcouthoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Maria das Graças da Silva Ferreira, brasileiro (a);  
estado civil: Solteira; profissão: Advogada; portador (a) do RG  
nº 2.297.362, inscrito (a) no CPF sob o nº 030.465.264-40, residente e  
domiciliado (a) à Avenida Padre Gilmar, nº 211, Praia Buquê Cidade Sapé, UF PB.

**OUTORGADO(S):** OS ADVOGADOS IRINA NUNES CABRAL DE PAULO – OAB/PB 12.554 e  
ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO – OAB-PB 22.742, com escritório profissional  
estabelecido à Av. Coremas, nº. 172, bairro do Centro, Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba –  
CEP 58.013-430.

**FINALIDADE:** Defender os direitos e interesses do (a) outorgante, nas causas administrativas e  
judiciais em que figura no polo ativo ou passivo, em especial para representá-la junto a JUSTIÇA  
CÍVEL DO ESTADO DA PARAÍBA.

**PODERES:** Amplos e ilimitados poderes, com a cláusula “AD JUDICIA”, a fim de, em juízo ou fora  
dele, defender os direitos e interesses do (a) Outorgante, podendo, para tanto, formular pedidos,  
assinar petições e intimações, apresentar recursos nos Tribunais competentes e acompanhá-los até  
decisão final. Poderes especiais para peticionar junto a órgãos públicos, inclusive autarquias,  
empresas públicas e mistas, podendo, ainda, confessar, desistir, acordar, discordar, transigir, firmar  
compromissos e acordos, receber e dar quitação, levantar Alvará judicial, enfim, praticar todos os  
atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, com ou  
sem reserva de poderes.

Ficam os Outorgados autorizados, desde já, a proceder ao recebimento dos honorários profissionais  
na forma do artigo 22, § 4º, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

João Pessoa – PB, 27, de maio de 2019.

Maria das Graças da Silva Ferreira  
OUTORGANTE

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

## DECLARAÇÃO

Pelo Presente Instrumento Particular:  
Maria das Graças da Silva Fervira, brasileiro (a); estado civil: solteira; profissão: Agricultora; inscrito (a) no CPF nº. 030.465.264-40, portador (a) da cédula de identidade nº 2.297.361, residente e domiciliado (a) na Arrua. Podre Gine. nove, 51m², Área Rural cidade de Sapé, UF PB.

Com fundamento no art. 1º da Lei nº 7.115/83, **declara** neste ato, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, para todos os efeitos legais, **ser pobre na acepção jurídica do termo**, enquadrando-se na concessão prevista na Lei nº 1.060/50 e posteriores alterações, pois a sua "situação econômica" não lhe permite pagar as "custas" do processo e os "honorários de advogado" **sem prejuízo do sustento próprio ou da família**.

João Pessoa - PB, 27 de maio de 2019.

x Maria das Graças da Silva Fervira

DECLARANTE

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	2.297.361 -2 VIA
DATA DE EXPEDIÇÃO	14/03/2013
NOME	MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA FERREIRA
FILIAÇÃO	JOSÉ SEVERINO DA SILVA MARIA JOSÉ BARBOSA DA SILVA
NATURALIDADE	GUARABIRA-PB
DATA DE NASCIMENTO	29/12/1977
DOC. ORIGEM	CASAM N. 3399 FLS. 286 LIV. B 10 CARTORIO SAPÉ-PB
CPF	030.465.264-40
Assinatura do Titular	<i>[Assinatura]</i>
Assinatura do Diretor	<i>[Assinatura]</i>
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	





MARIA DAS GRACAS DA SILVA FERREIRA  
ASSISTENTE PADRE GINO NOVO, S/N - AREA RURAL  
SAPE/PB CEP: 58340000 (AG 51)



Ligação: MONOFÁSICO  
Cis/Soc: RES MTC B1/ RESIDENCIAL - BAIXA RENDA  
Roteiro: 7 - 51 - 211 - 1450  
Medidor: 00008322293

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-880  
CNPJ 09.095.193/0001-40 Insc Est 160.5822-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 034.058.370  
Cód. para Débito Automático: 0000808671

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Nov / 2019	12/11/2019	12/12/2019	030.465.264-40 Insc Est:

UC (Unidade Consumidora): 5/808657-1

#### Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002.  
Sarampo é grave e pode matar. Fique atento ao calendário de vacinação e se previna.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 15/10/19	Leitura 18651	Data 12/11/19	Leitura 18832	1

Demonstrativo									
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa C/	Valor Base Calc	Atiq	Icms(R\$)	Base Calc	Pis(R\$)	Cofins(R\$)
				Tributos Total(R\$)	ICMS(R\$)			Pis/Coins(R\$)	(0,8397%) (0,8679%)
0801	Consumo até 30kWh-BR	30,000	0,286070	7,98	7,98	27	2,15	7,38	0,08
0801	Consumo - 31 a 100kWh-BR	70,000	0,456120	31,92	31,92	27	8,82	31,32	0,27
0801	Consumo - 101 a 220kWh-BR	61,000	0,684200	55,42	55,42	27	14,98	55,42	0,46
0801	Adic. B. Amarela			1,47	1,47	27	0,40	1,47	0,01
0801	Adic. B. Vermelha			3,19	3,19	27	0,86	3,19	0,02
0810	Subsídio			44,39	44,39	27	11,98	44,39	0,37
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0807	CONTRIBUIÇÃO ILUM PUBLICA			10,50	0,00	0	0,00	0,30	0,00
0808	PARCELAMENTO DE DÉBITO 01/5			27,48	0,00	0	0,00	0,30	0,00
0908	Devolução Subsídio			-30,32	0,00	0	0,00	0,30	0,00

CCI: Código de Classificação do Item TOTAL 152,03 144,37 38,97 144,37 1,21 5,58  
Tarifa s/ Tributos Até 30kWh 0,181710 Até 100kWh 0,311500 Até 220kWh 0,487260

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
123	20/11/2019	R\$ 152,03

#### Histórico de Consumo (kWh)

64	80	140	82	112	123	133	97	181	118	132	139
Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19

#### RESERVADO AO FISCO

f5cc.89cf.a62d.480f.a7da.65b4.08fb.b304.

#### Indicadores de Qualidade 9/2019 - Sape

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
IC MENSAL	11,94	0,00	NOMINAL 220
IC TRIMESTRAL	23,89		
IC ANUAL	47,79		CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202 LIMITE SUPERIOR 237
IC MENSAL	7,74	0,00	
IC TRIMESTRAL	15,49		
IC ANUAL	30,98		
MIC	6,58	0,00	
ICRI	16,80		

#### Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	24,92	16,33
Compra de Energia	35,92	23,63
Serviço de Transmissão	3,71	2,44
Encargos Setoriais	8,74	5,75
Impostos Diretos e Encargos	58,23	37,01
Outros Serviços	27,43	18,03
Total	152,03	100,00

Valor do EUSD (Ref. 9/2019): R\$23,43

#### ATENÇÃO

- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) ao lado relacionada(s), permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 27/11/2019. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado. As contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsiderar essa mensagem.  
Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.  
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$30,32.  
- Leitura confirmada

#### Faturas em atraso

Out/19 93,42

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

0190.00009 02624.912008 08513.521172 7 807900000015203

F. GADADOR: MARIA DAS GRACAS DA SILVA FERREIRA - CPF/CNPJ: 030.465.264-40  
ASSISTENTE PADRE GINO NOVO, S/N - AREA RURAL - SAPE / PB CEP: 58340000

N.º do Documento	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
2:1249120008513521	000808657201911	20/11/2019	R\$ 152,03	

E. BENEFICIÁRIO: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A CNPJ 09.095.193/0001-40  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-880

A. Agência / Código do beneficiário: 3064-3/2447-3



Assinado eletronicamente por: IRINA NUNES CABRAL DE PAULO - 19/02/2020 16:19:34

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021916191168400000027430625

Número do documento: 20021916191168400000027430625



POLÍCIA CIVIL DA PARAÍBA  
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
PRIMEIRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
QUARTA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
**5ª DELEGACIA DISTRITAL – BAYEUX - PB**  
AV. Liberdade, 1755, bairro São Bento, Bayeux-PB, telefone (83) 3253.2001.



## BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 4.147/2019

### NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA

Data e hora do registro do B.O.: 18.11.2019 HORA: 09h40min.

Local do fato (logradouro/bairro): Bayeux/PB.

### NOTICIANTE

**NOTICIANTE:** MARIA DAS GRAÇAS SILVA FERREIRA

**ESTADO CIVIL:** CASADA

**NATURALIDADE:** GUARABIRA-PB

**PROFISSÃO:** AGRICULTORA

**DATA DE NASCIMENTO:** 29/12/1977

**RG:** 2.297.361 SSP/PB

**CPF:** 030.465.264-40

**FILIAÇÃO:** JOSÉ SEVERINO DA SILVA E MARIA JOSÉ BARBOSA DA SILVA

**ENDEREÇO:** ASSENT. PADRE GINO NOVO, S/Nº, ÁREA RURAL, SAPÉ-PB

**TELEFONE:** 83-98879-7786

**GRAU DE INSTRUÇÃO:** ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

**NOTIFICANDO QUE:** MARIA DAS GRAÇAS SILVA FERREIRA AFIRMA QUE NO DIA 14/05/2019, POR VOLTA DAS 17:00H, QUANDO CONDUZIA A MOTOCICLETA HONDA/CG 150 TITAN KS, CHASSI Nº. 9C2KC08105R012986 DE PLACA MNU-5698/PB DE COR VERDE, DE PROPRIEDADE DO SR CARLOS ANTÔNIO BARBOSA, POR UMA ESTRADA DE BARRO QUE LIGA O MUNICÍPIO DE SAPÉ-PB À CIDADE DE GUARABIRA-PB, AO SUBIR UMA LADEIRA PERDEU O CONTROLE DO VEÍCULO, VINDO A CAIR AO SOLO, TENDO SIDO SOCORRIDA E ENCAMINHADA AO COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA (TRAUMINHA), NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB, ONDE TEVE O SEU ATENDIMENTO REALIZADO AS 20:02 H E SIDO DIAGNOSTICADA COM DIVERSAS LESÕES, CONFORME DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA. POR ESTE MOTIVO NOTICIOU O FATO. O REFERIDO É VERDADE, DOU FÉ

Assinatura do notificante: Maria das Graças da Silva Ferreira

Policial que registrou o boletim: Vanildo W. Lins Filho

**VANILDO W. LINS FILHO Mat. 156.268-1**

**ATENÇÃO:** Art. 299 do CPB: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: **Pena - reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.**"







PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA  
SAMU 192 DE SAPE



PREFEITURA  
MUNICIPAL DE SAPE  
O futuro se faz aqui

FICHA DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

Data: 14/05/19	ID da Ocorrência: 943496	<input type="checkbox"/> USB <input type="checkbox"/> USA	Nº / Equipe: 63	Plantão: <input checked="" type="checkbox"/> Dia <input type="checkbox"/> Noite	Hora de Saída da Base: 18:05 Hs	Hora de Chegada no Local: 18:15 Hs
Paciente / Usuário: <u>Mayara dos Santos da Silva Figueira</u>			Idade: 41	Sexo: <input type="checkbox"/> Masc <input checked="" type="checkbox"/> Fem	Telefone: _____	
Local da Ocorrência: <input checked="" type="checkbox"/> Sape <input type="checkbox"/> Móri <input type="checkbox"/> Sobrado <input type="checkbox"/> Riachão <input type="checkbox"/> Outro: _____			Logradouro: <u>PR. 073 sentido Spt/Mori</u>		Bairro: <u>PR 073</u>	
Quantidade de vítima(s) no local: <input type="checkbox"/> Uma <input type="checkbox"/> Duas <input type="checkbox"/> Três <input type="checkbox"/> Mais de três: _____			Apoio no Local: <input type="checkbox"/> USB <input type="checkbox"/> USA <input type="checkbox"/> Resgate / Bombeiros <input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> Resgate PRF <input type="checkbox"/> SMTRANS <input type="checkbox"/> CPTRAN <input type="checkbox"/> Outro: _____			
QTA: <input type="checkbox"/> Socorrido por Terceiros <input type="checkbox"/> Socorrido pelos Bombeiros <input type="checkbox"/> Evadiu-se do Local <input type="checkbox"/> Trote <input type="checkbox"/> Outro: _____						

Documento de identificação do paciente:

RG: \_\_\_\_\_; CPF: \_\_\_\_\_; CNS: \_\_\_\_\_

NATUREZA DA OCORRÊNCIA

☐ CLÍNICO ☐ PSIQUIÁTRICO ☐ GINECO-OBSTÉTRICO

☐ TRAUMA

Motivo: Queda de moto

ESCALA DE COMA DE GLASGOW

Abertura ocular:	Spontâneas A voz A dor	4
Resposta verbal:	Orientada Confusa Palavras inapropriadas Palavras incompreensíveis Nenhuma	3
Resposta motora:	Obedece comandos Localiza dor Movimento de retirada Flexão anormal Extensão anormal Nenhuma	3

TIPO DE AGRAVO

<input checked="" type="checkbox"/> Acidente de Trânsito	<input type="checkbox"/> Pediátrico
<input type="checkbox"/> Agressão Física	<input type="checkbox"/> Psiquiátrico
<input type="checkbox"/> Desabamento / soterramento	<input type="checkbox"/> Caso clínico
<input type="checkbox"/> Eletrocussão	<input type="checkbox"/> Quase afogamento/ afogamento
<input type="checkbox"/> F.A. B	<input type="checkbox"/> Queda _____ metros
<input type="checkbox"/> F.A.F (P.A.F)	<input type="checkbox"/> Queimaduras
<input type="checkbox"/> Gineco - obstétrico	<input type="checkbox"/> Outros: _____
<input type="checkbox"/> Lesões térmicas	

ANTECEDENTES

<input type="checkbox"/> AIDS	<input type="checkbox"/> Doença mental
<input type="checkbox"/> Alcoolismo	<input type="checkbox"/> Doença renal
<input type="checkbox"/> AVE	<input type="checkbox"/> Drogas
<input type="checkbox"/> Cirurgias Realizadas	<input type="checkbox"/> Hipertensão arterial
<input type="checkbox"/> Convulsão	<input type="checkbox"/> Internamentos Anteriores
<input type="checkbox"/> Diabetes	<input type="checkbox"/> Medicamentos
<input type="checkbox"/> Doença Cardíaca	<input type="checkbox"/> Problemas respiratórios
<input type="checkbox"/> Doença Infecto - contagiosa	<input type="checkbox"/> Outros

TRANSPORTE SECUNDÁRIO - ORIGEM

Serviço Médico: Hospital de Transmídia Responsável: EDINILSON CARLOS PEREIRA

MOTIVO DO TRANSPORTE

☐ Apoio Diagnóstico ☐ Serviço de maior complexidade ☐ transferência simples ☐ outro: \_\_\_\_\_

TRANSPORTE SECUNDÁRIO - DESTINO

Local: \_\_\_\_\_ Responsável: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

Exame clínico (principais sintomas/ queixas)

Atividade consciente, orientada, sem alteração de dor no local  
do ( ) agitação ( ) ausência de pulso (central) ( ) Cianose ( ) Convulsão ( ) Diarreia ( ) Dificuldade respiratória ( ) dor local ( ) febre ( ) Inconsciente/ desmaio ( ) Palidez ( ) Sangramento ( ) Vômito ( ) outros: sem dor no local do acidente

1. DADOS VITAIS:

PA. Sistólica: 160 PA diastólica: 100 Pulso: \_\_\_\_\_ FC: 108 FR: 20 TEMP: 37,2 Glicemia: 192 SPO<sub>2</sub>: 99 Glasgow: \_\_\_\_\_

2. VIA AÉREA

☒ Livre ☐ obstruída parcialmente ☐ Obstruída totalmente ☐ Corpo Estranho ☐ Bronco aspiração ☐ Edema de glote ☐ Obs.: \_\_\_\_\_

VENTILAÇÃO

☒ Espontânea ☐ Parada respiratória ☐ Assistida ☐ Ritmo irregular

EXPANSIBILIDADE

☐ Normal ☐ Superficial ☐ Regular ☐ Irregular

ACHADOS

☐ Crepitação ☐ Enfisema subcutâneo ☐ Expectoração ☐ Hemoptise ☒ Hálito etílico ☐ Outro: \_\_\_\_\_

3 - CIRCULAÇÃO

☐ Cianose ☐ Fria ☐ Úmida ☒ Normal ☐ Palidez ☐ Quente ☐ Seca ☐ Outros: \_\_\_\_\_

EDEMA

Obs: a vítima não se encontra no local do acidente  
está em uma ambulância sendo conduzida para o hospital

Mayara de Andrade Silva  
Coordenadora Geral  
SAMU Sape-PB



## PERFUSÃO

## PULSO

## ECG

#### 4 – EXAME NEUROLÓGICO

## 5 – EXAME GINECO – OBSTÉTRICO

#### 6- DIAGNÓSTICO E PRESCRIÇÃO MÉDICA:

**DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM:**

**PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM:**

### INTERVENÇÕES:

**EVOLUÇÃO/ INTERCORRÊNCIAS:**

**8 - EVOLUÇÃO/ INTERCORRÊNCIAS MÉDICAS:**

( ) Desobstrução vias aéreas ( ) intubação naso/orotraqueal ( ) Cânula Orofaringea ( ) Ventilação mecânica (manual AMBU) ( ) Respirador  
( ) Inalação de oxigênio (O<sub>2</sub>) ( ) Drenagem torácica ( ) Massagem cardíaca externa ( ) Desfibrilação/ cardioversão ( ) Controle de hemorragia  
( ) Curativo ( ) Punção venosa ( ) Sonda gástrica ( ) Sonda vesical ( ) Sedação ( ) Imobilização de membros ( ) Colar cervical ( ) Talas / tração  
( ) Outros:

**10- MATERIAL UTILIZADO (ENFERMAGEM):**

## ENCAMINHAMENTO

( ) Liberdade após atendimento ( ) Recusa o atendimento ( ) Óbito no local ( ) Óbito durante o atendimento ( ) Óbito durante o transporte

### POSIÇÃO DE TRANSPORTE

☒ Decúbito dorsal ( ) Decúbito lateral ( ) Decúbito ventral ( ) Sentado ( ) Elevação de cabeceira (cabeça)

## RECUSO

Nome:

**Assinatura:**

### IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE

**Médico:**

Enfermeiro (a): \_\_\_\_\_

Téc. de Enfermagem:

**Conductor:**

Maria Mônica de Souza Lins MAT.:  
COREN: 33338 MAT.:  
COREN-RB 000.533.305-ENE MAT.:  
MAT:

## PERTECES DA VÍTIMA

☐ NÃO **SIM**

**Objetos:**







## CERTIDÃO

Nº. 1525/2019

Atendendo solicitação de ADILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO e acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha Ambulatorial Nº229478 e Prontuário Nº 2019.05.1723 pertencentes a paciente **MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA FERREIRA** que foi atendido dia 14/05/2019 às 20h02min, vítima de acidente de moto, apresentando trauma em membros inferior direito.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura do maléolo lateral direito. Realizado procedimento cirúrgico dia 14/05/2019 e 22/05/2019. Com alta médica dia 30/05/2019.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 12 de setembro de 2019

Rosângela M. Escorel Almeida  
Médico Intensivista  
CRM 3883

Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 3883





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 05 de Fevereiro de 2020**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3190689623**

**Vítima: MARIA DAS GRACAS DA SILVA FERREIRA**

**Data do Acidente: 14/05/2019**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Procurador: ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), MARIA DAS GRACAS DA SILVA FERREIRA**

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um tornozelo 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

Recebedor: **MARIA DAS GRACAS DA SILVA FERREIRA**

Valor: **R\$ 1.687,50**

Banco: **237**

Agência: **000002159-8**

Conta: **000001005707-8**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você



Ficha Nr: 229478      Atd: Nao Regu  
Data: 14/05/2019  
Hora: 20:02:27  
Recepcionista: GABRIELA DA COSTA S  
Clinica: CIRURGICA

Num. de vezes atendido: 1  
Num. Prontuario: 2019.05.001723  
97361 Fone: 991103188  
977 Id: 41 ano(s)  
  
Pai: JOSE SEVERINO DA SILVA  
  
Estado Civil: NAO INFORMADO

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:

FC: TP:

Peso: Altura:

Glicemia: IMC:

Circ. Abd: O2%:

Queixa Principal

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[ ] Aparentemente Bem [ ] Grave

[ ] Politraumatizado [ ] Convulsao

[ ] Hemorragia [ ] Dispneia

[ ] Diarreia [ ] Agitado

[X] Regular [ ] Chocado

[ ] Vomito

Observacao

ENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO VEIO

AMINHADA PELO SAMU PARA AVALIACAO DA

CIRURGICA

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Let rítima de acidez de mto, no mmento ~~corrente~~, ~~vieta~~,  
liquida, ~~muco~~ (+), papilas potomogitas, quixo-~~o~~ de dor e ~~tempe~~  
direta

Diagnostico	Conduta
Fratura	- Solucao Novo X
Fracturas no	- Alto de Citurgie
Prescricao	Horario da medicacao
Shojo	- Prescricao de Ortopedi
De Penade	
notificacao para Exame	
em unificao	





\_\_\_\_\_  
Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

\_\_\_\_\_  
ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Enfermagem

\_\_\_\_\_  
Reservado p/ liberacao

\_\_\_\_\_  
PROCEDIMENTO REALIZADO

\_\_\_\_\_  
DESTINO DO PACIENTE

☐ Residencia      ☐ Transferido      ☐ Desistencia      ☐ UTI  
☐ Alta a pedido      ☐ Enfermaria      Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

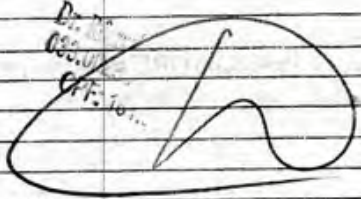
\_\_\_\_\_  
Assinatura do Paciente/Responsavel

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo do Medico





## FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Nome: Maria da Glória da Silva Data da Admissão: 14/05/19  
Prontuário: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Enfermaria: \_\_\_\_\_ Leito: \_\_\_\_\_  
Nome da Mãe: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_  
Sexo: F ( ) M ( ) Cor: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_ Religião: \_\_\_\_\_  
Escolaridade: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: 1/1  
QPD: Fratura Bimaleolar do  
HDA: pernoço direito  
ftc unipolo  


Medicações em uso: \_\_\_\_\_

### Interrogatório Sintomatológico:

**Geral:** ☐ Febre ☐ Astenia ☐ Anorexia ☐ Perda de Peso \_\_\_\_\_ Kg em \_\_\_\_\_ ☐ Prurido ☐ Sudorese  
☐ Calafrios ☐ Alopecia ☐ Adenomegalias ☐ Icterícia ☐ Tonturas ☐ Outros: \_\_\_\_\_

**Pele:** \_\_\_\_\_

**Cabeça e Pescoço:** ☐ Cefaléia ☐ Espirros ☐ Rinorréia ☐ Obstrução Nasal ☐ Epistaxe  
☐ Dor de Garganta ☐ Bócio ☐ Rouquidão ☐ Disfagia ☐ Audição: \_\_\_\_\_ Visão: \_\_\_\_\_

**AR e ACV:** ☐ Dor \_\_\_\_\_ ☐ Tosse ☐ Expectoração ☐ Hemoptise  
☐ Dispneia ☐ Palpitações ☐ Desmaio ☐ Cianose ☐ Edema \_\_\_\_\_ Outros: \_\_\_\_\_

**ABD:** ☐ Dor \_\_\_\_\_ ☐ Pirose ☐ Solução ☐ Regurgitação ☐ Hematêmese ☐ Náuseas  
☐ Vômitos ☐ Dispepsia ☐ Diarréia ☐ Melena ☐ Enterorragia ☐ Constipação ☐ Aumento de volume

**AGU:** ☐ Disúria ☐ Incontinência ☐ Retenção ☐ Poliúria ☐ Oligúria ☐ Noctúria ☐ Hematúria  
☐ Mal Cheiro ☐ Corrimento ☐ Outras: \_\_\_\_\_

**SME:** ☐ Dor \_\_\_\_\_ ☐ Rigidez pós-reposu ☐ Deformidades  
☐ Artralgia ☐ Calor ☐ Rubor ☐ Edema ☐ Crepitação ☐ Fraqueza ☐ Atrofia ☐ Espasmos

**SN e PSQ:** ☐ Insônia ☐ Sonolência ☐ Convulsões ☐ Motricidade e Sensibilidade \_\_\_\_\_  
☐ Amnésia ☐ Libido ☐ Humor

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.







## RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <i>M<sup>a</sup> das Graças da Silva</i>		Registro:	
Idade: <i>41a</i>	Sexo: <i>F</i>	Cor:	Clínica: <i>870</i>
Data: <i>14/05/19</i>	Cirurgião: <i>D<sup>r</sup> Gutemberg</i>	EMP:	LR:
2° Assistente:	3° Assistente:	1° Assistente: <i>D<sup>r</sup> Valdeir</i>	Instrumentador:
Anestesista: <i>D<sup>r</sup> Vitorino</i>	Tipo Anestesia: <i>Local</i>	Horário: I:	T:
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO		CID	
<i>Fx de TVE (D)</i>		<i>582.6+</i> <i>582.5</i>	
DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO		CID	
<i>O m m m m</i>			
PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)		CÓDIGO	
<i>R.F.F.I</i>			
Acidente durante Ato Cirúrgico 1 ( ) Sim 2 ( ) Não		Descreva:	
Biópsia de Congelação: 1 ( ) Sim 2 ( ) Não			
Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico: 1 ( ) Enfermaria 2 ( ) Terapia Intensiva 3 ( ) Residência 4 ( ) Óbito durante o Ato Cirúrgico			

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





## DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

8.º em DDH, com placa  
cuneiforme + fúscula  
fixação de campos estíves

Incisão:

Incisão Medial em TNEO

Achados:

Perda de substância em mallo  
Medial

Conduta:

Realizado retirada de perfuro 3.5mm  
e arruela.

Realizado manobra de redução e  
aproximação de 2 fios de Kirschner 2.0 em  
mallo medial.

haverá com 500 pontos de sutura

Fechamento:

Sutura + curativo + Tala  
Bota

OBS:

Procedimento sem intercorrências

Data: Dr. Valdean-Carvalho Jr.  
M.R. em Ortopedia  
CRM/PB - 7652/ 29 MAIO 2019

Dr. Valdean-Carvalho Jr.  
M.R. em Ortopedia  
CRM/PB - 7652/ 28 MAIO 2019

MEDICO/CRM

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





## RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <i>Maria das Graças S. F.</i>		Registro:	
Idade:	Sexo: <i>Fem</i>	Cor:	Clinica:
Data: <i>22/05/19</i>	Cirurgião: <i>Dr. Gutemberg</i>	EMP:	LR:
2º Assistente:	3º Assistente:	1º Assistente: <i>Valdeir</i>	Instrumentador:
Anestesista:	Tipo Anestesia: <i>Raque</i>	Horário: I:	T:
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO		CID	
<i>Fs de Tirozolo</i>			
<i>Buraco</i>			
DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO		CID	
<i>O mesmo</i>			
PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)		CÓDIGO	
<i>RAFI</i>			
Acidente durante Ato Cirúrgico 1 ( ) Sim 2 ( ) Não		Descreva:	
Biópsia de Congelação: 1 ( ) Sim 2 ( ) Não			
Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico: 1 ( ) Enfermaria 2 ( ) Terapia Intensiva 3 ( ) Residência 4 ( ) Óbito durante o Ato Cirúrgico			

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





## DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

### Posição e Preparo:

Vde em DV A sobre Bắp  
Assupção + Pulso  
Aplicação de compressões externas

### Incisão:

Incisão lateral e Medial  
Dissecção por planos

### Achados:

Fx de Medula lateral e Medial

### Conduta:

Redução Redução aberta e  
fixação externa com placas e parafusos  
em Medula lateral. Placa 1/3 de esp.  
3,5 e parafusos corticais  
Redução Redução e fixação  
com 1 parafuso cortical em medula  
medial.

### Fechamento:

Sutura por planos  
Curativo + Tala Boka

### OBS:

+ Rx de controle  
Procedimentos sem Integridade

Data:

22.05.19

Dr. Valdean Carvalho Jr.  
Médico CRM 7697  
CNS 286346999001P

MEDICO/CRM

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



SEGUE PETIÇÃO DE JUNTADA DE GUIA DE CUSTAS



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA REGIONAL  
DE MANGABEIRA/PB

Processo nº. 0801484-33.2020.8.15.2003

**MARIA DAS GRAÇAS SILVA FERREIRA**, já devidamente qualificada nos autos da ação em epígrafe, vem à presença de V. Exa., por seus advogados, em atendimento à determinação judicial requerer a juntada da **GUIA DE CUSTAS PROCESSUAIS**.

Desta feita, **reitera** o pedido de que sejam concedidos ao Autor os benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, propugnando pela **PROCEDÊNCIA** da ação em todo o seu teor.

Termos em que

Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa-PB, 19 de fevereiro de 2020.

**IRINA NUNES CABRAL DE PAULO**

**OAB/PB 12.554**


**ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO**


**OAB/PB 22.742**

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 200.7.20.15396/01
			<b>Data de emissão:</b> 19/02/2020
<b>Nº do Processo:</b> 0801484-33.2020.815.2003	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 29/02/2020
<b>Número da guia:</b> 200.2020.615396 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,51
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.030,20 <b>Promovente:</b> MARIA DAS GRACAS BARBOSA DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 177,19 - Despesas processuais com mandados: R\$ 83,96 <b>Promovido:</b> BRADESCO SEGUROS S/A - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.292,70
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866900000120 927009283189 520200229208 072015396012 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.292,70

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 200.7.20.15396/01
			<b>Data de emissão:</b> 19/02/2020
<b>Nº do Processo:</b> 0801484-33.2020.815.2003	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 29/02/2020
<b>Número da guia:</b> 200.2020.615396 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,51
<b>Promovente:</b> MARIA DAS GRACAS BARBOSA DA SILVA <b>Promovido:</b> BRADESCO SEGUROS S/A			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento:</b> - Despesas processuais com mandados: R\$ 83,96 - 1x Citação (MANGABEIRA I - VII) R\$ 83,96			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.292,70
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 1.292,70

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 200.7.20.15396/01
			<b>Data de emissão:</b> 19/02/2020
<b>Nº do Processo:</b> 0801484-33.2020.815.2003	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 29/02/2020
<b>Número da guia:</b> 200.2020.615396 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,51
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.030,20 <b>Promovente:</b> MARIA DAS GRACAS BARBOSA DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 177,19 - Despesas processuais com mandados: R\$ 83,96 <b>Promovido:</b> BRADESCO SEGUROS S/A - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.292,70
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866900000120 927009283189 520200229208 072015396012 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.292,70





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**COMARCA DE JOÃO PESSOA**  
**4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

---

**D E C I S ã O**

---

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

PROCESSO Nº 0801484-33.2020.8.15.2003

AUTOR: MARIA DAS GRAÇAS BARBOSA DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

Vistos, etc.

**Defiro a gratuidade processual.**

Designo audiência **UNA** para o dia **22 de abril de 2020, às 14:50 h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite e intime a parte promovida. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do C.P.C fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do C.P.C.

**Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.**



A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro DPVAT somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do C.P.C, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, **nomeio a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos**, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se no dia e horário acima descrito, seguida de audiência de conciliação, instrução e julgamento, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

Intime a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos [pauloleite@seguradoralider.com.br](mailto:pauloleite@seguradoralider.com.br) e [philipe.rocha@seguradoralider.com.br](mailto:philipe.rocha@seguradoralider.com.br) e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (**art. 319, inciso II, do C.P.C**).

Intimem as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJ/PB.

**P.I.**

**Cumpra com urgência.**

João Pessoa, 20 de fevereiro de 2020

Fernando Brasilino Leite





Juiz de Direito





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**COMARCA DE JOÃO PESSOA**  
**4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

---

**D E C I S Ã O**

---

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

PROCESSO Nº 0801484-33.2020.8.15.2003

AUTOR: MARIA DAS GRAÇAS BARBOSA DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

Vistos, etc.

**Defiro a gratuidade processual.**

Designo audiência **UNA** para o dia **22 de abril de 2020, às 14:50 h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite e intime a parte promovida. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do C.P.C fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do C.P.C.

**Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.**



A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro DPVAT somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do C.P.C, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, **nomeio a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos**, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se no dia e horário acima descrito, seguida de audiência de conciliação, instrução e julgamento, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

Intime a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos [pauloleite@seguradoralider.com.br](mailto:pauloleite@seguradoralider.com.br) e [philipe.rocha@seguradoralider.com.br](mailto:philipe.rocha@seguradoralider.com.br) e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (**art. 319, inciso II, do C.P.C**).

Intimem as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJ/PB.

**P.I.**

**Cumpra com urgência.**

João Pessoa, 20 de fevereiro de 2020

Fernando Brasilino Leite



Juiz de Direito





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DA CAPITAL

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.013-520

Telefone: (83)3238-6333

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0801484-33.2020.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: MARIA DAS GRACAS BARBOSA DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

D E S T I N A T Á R I O :  
BRADESCO SEGUROS S/A

Rua Josefa Taveira, nº 314, Mangabeira, João Pessoa/PB  
CEP 58.055-000

Por meio da presente, de ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito desta 4ª Vara Regional da Capital, fica Vossa Senhoria CITADA para apresentar defesa, e INTIMADA para comparecer na audiência designada: **Tipo: Una Sala: Sala de Audiências da 4ª Vara Regional Mangabeira Data: 22/04/2020 Hora: 14:50**. O prazo para defesa/contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A *ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa*. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvt somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de **perícia judicial**, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder. Para tanto, nomeio a médica **Rosana Bezerra Duarte de Paiva, portadora do CPF nº 587-738.514-34**, perita nos presentes autos, estando ele já ciente da nomeação e data e horário da perícia.

**Fica a Seguradora Líder intimada para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00**



(duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao **B a c e n j u d .**

Poderão as partes, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias. As partes devem comparecer neste Fórum, na sala de audiências deste Juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do T J P B .

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).  
João Pessoa/PB, 21 de fevereiro de 2020.

WALFREDO RODRIGUEZ NETO  
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 2002191618067000000027430218





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DA CAPITAL**

---

**1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB  
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

**CERTIDÃO**

**Nº DO PROCESSO: 0801484-33.2020.8.15.2003**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: MARIA DAS GRACAS BARBOSA DA SILVA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

Certifico e dou fé que, nesta data, juntei a estes autos o Aviso de Recebimento, em anexo.

João Pessoa/PB, 5 de março de 2020.

**WALFREDO RODRIGUEZ NETO**  
Técnico Judiciário





Num. 28813900 - Pág. 1